

MARINHA DO BRASIL



CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E OPERAÇÕES ADUANEIRAS DA MARINHA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2022

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA Nº __/CDAM/2022

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de seguro de transporte de cargas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL SEGURADO (FRETE + VALOR DA CARGA)	TAXA ESTIMADA	VALOR ESTIMADO POR ITEM
1	906	Seguro de transporte nacional de cargas	R\$ 506.038.705,58	0,30%	R\$ 1.518.116,12
2	906	Seguro de transporte internacional de cargas (exportação)	R\$ 67.759.853,40	0,30%	R\$ 203.279,56
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO					R\$ 1.721.395,68

- 1.2. O valor a ser pago à Contratada será calculado aplicando-se a taxa ofertada à soma do valor do frete com o valor declarado da carga. Ex.: taxa contratada = 0,20%; valor declarado da carga = R\$ 1.000,00 e valor do frete = R\$ 200,00. Valor do seguro = $0,20\% \times (R\$ 1.000,00 + R\$ 200,00) = R\$ 2,40$.
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base no artigo 57, II, da Lei 8.666/1993, não estando sujeito ao limite legal de 60 (sessenta) meses com base no Acórdão TCU nº 600/2015-Plenário e no Parecer nº 06/2015/CLPC/DEPCONSU/PGF/AGU.
- 1.7. O serviço a ser contratados por meio deste Pregão Eletrônico **não se enquadra** como atividade de custeio, nos termos do Art. 2º, da Portaria ME nº 7.828/2022.
- 1.8. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 1.9. Além da legislação aplicável a licitações e contratos da Administração Pública Federal, aplicam-se subsidiariamente ao contrato decorrente deste certame a Resolução CNSP

Nº 17/1968 (estabelece que os seguros obrigatórios de transporte, no País, de bens pertencentes a pessoas jurídicas e de riscos de incêndio de bens pertencentes a pessoas jurídicas, situados no país, reger-se-ão pelas normas, condições e tarifas vigentes para esses ramos) e a Circular SUSEP Nº 354/2007 (disponibiliza no sítio da SUSEP as condições contratuais do plano padronizado para o seguro de transportes e estabelece as regras mínimas para a comercialização deste seguro).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação do seguro de transporte nacional e internacional (exportação) de cargas será realizado na modalidade apólice aberta, devido à alta frequência dos embarques realizados pela Contratante.

5. COBERTURA DO SEGURO

- 5.1. O seguro de transportes possuirá Cobertura Básica Ampla (A), garantindo à Contratante os prejuízos que venha a sofrer em consequência de todos os riscos de perda ou dano material sofridos pelo objeto segurado, de quaisquer causas externas, exceto as previstas na cláusula de prejuízos não indenizáveis.

- 5.2. O seguro cobre ainda:

5.2.1. sacrifício de avaria grossa e despesas de salvamento, ajustadas ou determinadas de acordo com o contrato de afretamento, a lei, e/ou usos e costumes aplicáveis, que as regulem, e que tenham sido incorridas para evitar perdas ou danos provenientes de qualquer causa, exceto as previstas na Cláusula 6 deste Termo de Referência (PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS);

5.2.2. despesas que o Segurado venha a ser obrigado a pagar ao transportador, por força da Cláusula de "Colisão por Ambos Culpados", constante do contrato de afretamento, como se fossem um prejuízo indenizável por este seguro;

5.2.2.1. Em caso de reclamação do transportador com base na referida Cláusula, o Segurado deverá notificar a Seguradora, que terá o direito, às suas próprias expensas, de defendê-lo contra tal reclamação; e

5.2.3. despesas de remessa quando, como resultado da ocorrência de um risco coberto por este seguro, o trânsito Segurado terminar em um porto ou local que não seja o mesmo para o qual o objeto segurado estiver destinado; conforme previsto neste seguro, a Seguradora reembolsará, ao Segurado, quaisquer despesas extraordinárias devidas e razoavelmente incorridas com descarga, armazenagem e remessa do objeto segurado para o destino originalmente previsto no seguro.

5.2.3.1. O disposto neste item não se aplica a despesas de avaria grossa ou de salvamento, assim como não abrangerá as despesas resultantes de culpa, insolvência ou inadimplemento financeiro do Segurado ou seus empregados.

- 5.3. A importância segurada deverá corresponder ao valor declarado do objeto segurado, bem como o valor do frete a ser pago pela Contratante.
- 5.4. O seguro de transportes a ser contratado por meio deste processo licitatório não exclui a obrigatoriedade de contratação do seguro de responsabilidade civil pelo transportador, que cobrirá os prejuízos pelos quais o próprio transportador seja responsável, como colisão, capotagem, abaloamento, incêndio ou explosão do veículo transportador.

6. PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS

6.1. Para fins deste seguro, consideram-se prejuízos não indenizáveis aqueles consequentes, direta ou indiretamente, de:

6.1.1. atos ilícitos do Segurado, beneficiários e/ou de seus representantes ou prepostos;

6.1.2. vazamento comum, perda e/ou diferença natural de peso ou de volume, e desgaste natural do objeto segurado;

6.1.3. insuficiência ou inadequação de embalagem, ou preparação imprópria do objeto segurado;

6.1.3.1. para os fins desta alínea, inclui-se no conceito de embalagem o acondicionamento em contêiner ou *liftvan*, quando tal acondicionamento for realizado antes do início da cobertura do presente seguro, ou quando feito pelo Segurado ou seus prepostos;

6.1.4. vício próprio ou decorrente da natureza do objeto segurado;

6.1.5. atraso, mesmo que este atraso seja causado por risco coberto, exceto despesas indenizáveis sob o item 5.2.1 deste Termo de Referência;

6.1.6. insolvência ou inadimplemento financeiro dos proprietários, administradores, fretadores ou operadores do navio ou aeronave;

6.1.7. falta de condições de navegabilidade do navio ou embarcação, e/ou inaptidão do navio, da embarcação, da aeronave, do veículo, do container ou *liftvan*, ou de outro meio de transporte utilizado, para transportar, com segurança, o objeto segurado, se o Segurado ou seus prepostos tiverem conhecimento de tais condições de in navegabilidade ou inaptidão no momento em que o objeto segurado é embarcado. A Seguradora relevará qualquer violação das garantias implícitas de navegabilidade e aptidão para transportar com segurança o objeto segurado até o seu destino final, a menos que o Segurado ou seus prepostos tenham conhecimento dessa falta de condições de navegabilidade ou capacidade;

6.1.8. uso de qualquer arma de guerra, fissão e/ou fusão, atômica ou nuclear, ou outra reação similar, ou força ou matéria radioativa;

6.1.9. poluição, contaminação e perigo ambiental causados pelo objeto segurado;

6.1.10. danos morais;

6.1.11. multas, assim como obrigações fiscais e/ou judiciais;

6.1.12. quaisquer eventos durante a permanência do objeto segurado nos armazéns de propriedade, administração, controle ou influência do

Segurado, do embarcador, do consignatário, do destinatário, do despachante ou de seus agentes, representantes ou prepostos;

- 6.1.13. ato terrorista, independente de seu propósito, quando reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade competente;
- 6.1.14. armas químicas, biológicas, bioquímicas, eletromagnéticas e de ataque cibernético;
- 6.1.15. falha ou mau funcionamento de qualquer equipamento e/ou programa de computador e/ou sistema de computação eletrônica de dados em reconhecer e/ou corretamente interpretar e/ou processar e/ou distinguir e/ou salvar qualquer data como a real e correta data de calendário, ainda que continue a funcionar corretamente após aquela data;
- 6.1.16. aflatoxina, nos seguros de amendoim, castanhas, amêndoas, avelãs, nozes, soja e outros grãos;
- 6.1.17. quebra de filamento, nos seguros de lâmpadas;
- 6.1.18. oxidação e ferrugem, nos seguros de arame, ferro, aço, zinco, folhas de flandres e metais em geral;
- 6.1.19. variação de temperatura; e
- 6.1.20. paralisação de máquinas frigoríficas ou motores de refrigeração, por qualquer causa.

7. LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA

- 7.1. O limite máximo de garantia entende-se como o limite máximo de responsabilidade da Sociedade Seguradora por sinistro (ou série de sinistros decorrentes do mesmo fato gerador) causado por um veículo transportador, relativamente às espécies de danos cobertas pelo seguro.
- 7.2. Fica estipulado como limite máximo de garantia por evento para o seguro de transporte nacional de cargas o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para bens novos e de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para bens usados.
- 7.3. Fica estabelecido o limite máximo de garantia por evento para o seguro de transporte internacional de cargas (exportação) o valor de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), equivalentes em moeda para bens novos e de US\$ 2.000.000,00 (dois milhões de dólares) para bens usados.
- 7.4. Para cargas com valores superiores àqueles constantes nos itens 7.2 e 7.3 deste Termo de Referência, deverá ser encaminhado à Seguradora um laudo de vistoria emitido por empresa especializada previamente ao embarque a fim de que seja analisada a possibilidade de concessão da cobertura de seguro.

8. DAS AVERBAÇÕES DE SEGURO

- 8.1. Os embarques referentes ao transporte nacional deverão ser comunicados à Seguradora até o dia 15 de cada mês, através de relação mensal (apêndice V), contendo todos os embarques efetuados no mês anterior, em conformidade com a Cláusula nº 309 das Condições Gerais para Seguro de Transportes, de acordo com a Circular SUSEP nº 354/2007.
- 8.2. Os embarques referentes ao transporte internacional (exportação) deverão ser comunicados à Seguradora antes do início dos riscos, através de averbação, utilizando-se de formulários padronizados (apêndice VI), embarque por embarque, em

conformidade com a Cláusula nº 308 das Condições Gerais para Seguro de Transportes, de acordo com a Circular SUSEP nº 354/2007.



9. DA COMUNICAÇÃO DOS SINISTROS

9.1. Para a formalização da abertura dos sinistros perante a seguradora, serão apresentados os seguintes documentos:

- 9.1.1. Aviso de Sinistro - entendido como a comunicação por e-mail à corretora indicada pela Contratada relatando brevemente o ocorrido;
- 9.1.2. Documento Auxiliar de Conhecimento de Transporte Eletrônico (DACTE) contendo a ressalva do recebedor (extravio ou avaria da carga), no caso de transporte efetuado por terceiros;
- 9.1.3. Requisição de Transporte de Carga (RTC) – Tratando-se o CDAM de órgão da Administração Pública Direta, a RTC será o documento que substituirá a Nota Fiscal do embarcador para o transporte de bens da Marinha;
- 9.1.4. Orçamento detalhado, no caso de haver recuperação dos bens sinistrados;
- 9.1.5. Comprovante das despesas de socorro e salvamento de carga avariada, se for o caso;
- 9.1.6. Cópia do Certificado de Propriedade do Veículo Transportador se o veículo for registrado no Brasil, caso contrário os documentos equivalentes;
- 9.1.7. Cópia dos documentos do motorista do veículo transportador terrestre (C.N.H.); e
- 9.1.8. Declaração do Segurado, informando a inexistência de avaria particular, no caso de Avaria Grossa.

10. DO PAGAMENTO DOS SINISTROS

- 10.1. Tratando-se o CDAM de órgão da Administração Pública Direta, toda movimentação financeira é realizada por meio da Conta Única do Tesouro Nacional. Deste modo, os pagamentos destinados à Conta Única deverão ser realizados por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), não sendo possível a transação financeira por transferência bancária.
- 10.2. Na hipótese de sinistro, o CDAM encaminhará à Seguradora uma GRU para viabilizar o pagamento.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 11.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 11.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

- 11.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 12.1.1. A Contratada deverá estar possuir Certidão de Regularidade válida perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); e
 - 12.1.2. É vedada a intermediação de empresa corretora de seguros na execução do contrato decorrente deste processo licitatório, de acordo com o Acórdão TCU nº 600/2015-Plenário.
- 12.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 13.1. A Contratada se responsabiliza pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de danos ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que contratadas ou delegadas a terceiros.
- 13.2. Para os fins deste Termo de Referência, a expressão meio ambiente ou aquelas relativas à responsabilidade ambiental abrangem os demais temas regulados pelas normas a ela referentes tais como saúde pública, ordenamento urbano, patrimônio histórico/cultural e administração ambiental.
- 13.3. São de exclusiva responsabilidade da Contratada e seus representantes as sanções impostas pelas normas ambientais e por todos e quaisquer danos causados ao meio ambiente, decorrentes do exercício de suas atividades ou sinistro de qualquer natureza, especialmente em razão de defeitos, armazenamento ineficaz, utilização, conservação, manuseio ou disposição final dos bens, embalagens, produtos e equipamentos de sua propriedade ou que estejam sob sua posse em razão de empréstimo, locação ou outra forma negocial, ainda que transferidas a terceiros, estranhos a este contrato.
- 13.4. A responsabilidade ambiental da Contratada abrange todas as sanções e exigências contidas na lei nº 9.605/98 e outras leis ou atos normativos que tratam ou venham a tratar de matéria ambiental.
- 13.5. A responsabilidade da Contratada pelos danos ambientais causados ou originado durante a vigência do contrato e eventuais prorrogações permanece, ainda que seus efeitos sejam conhecidos ou ocorram após o encerramento do contrato.
- 13.6. A Contratada se obriga a manter o CDAM a salvo de todo e quaisquer ônus, riscos, prejuízos ou despesas decorrentes de eventuais danos ambientais ou



autuações/sanções decorrentes do descumprimento das leis e normas que regulam o meio ambiente, seja perante órgãos ou entes de direito público, seja perante particulares ou entidades de natureza privada, reparando direta ou regressivamente todos os danos, prejuízos e/ou despesas causadas pela Contratada e, eventualmente, imputadas direta ou indiretamente ao CDAM.

- 13.7. Caso a Contratada infrinja as normas relacionadas ao meio ambiente ou não adote as providências aptas a evitar danos ou prejuízos neste sentido, a Marinha poderá, a seu critério, suspender de imediato os serviços, relativos ao objeto deste Termo de Referência até que a Contratada adote as medidas necessárias a suprir sua falha.
- 13.8. Em ocorrendo quaisquer danos ao meio ambiente, a Contratada está obrigada a comunicar imediatamente as autoridades competentes, bem como a realizar todas as medidas no sentido de reparar e minimizar os danos e impactos ambientais. A Contratada também se compromete a comunicar ao CDAM, imediatamente e de forma eficaz, os referidos danos, bem como as notificações, citações e autos de infração que receber sem que este fato implique em assunção de qualquer responsabilidade por parte da Marinha.

14. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 14.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 às 11h e de 13 às 15h.
- 14.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 14.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 14.2.2. A vistoria deverá ser previamente agendada, com um prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis, mediante e-mail a ser enviado para o endereço: *cdam.secom@marinha.mil.br*.
- 14.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 14.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 14.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 15.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

15.1.1. A liquidação dos sinistros deverá ser realizada em um prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos para o tipo de cobertura.

15.1.2. No caso de dúvida fundada e justificável, poderão ser solicitados outros documentos. Nesse caso, o prazo será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem atendidas as exigências.

15.1.3. O não pagamento da indenização no prazo previsto no item 8.1.1 implicará na aplicação de juros de mora, calculados de forma análoga ao previsto no item 17.16.

15.2. A execução dos serviços será iniciada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato, na forma que segue:

15.2.1. Ocorrida a homologação do certame, o Termo de Contrato será encaminhado para assinatura pela Contratada e, depois de restituído, será assinado pela Contratante e publicado no Diário Oficial da União.

15.2.2. Após a assinatura do Termo de Contrato, a Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para o encaminhamento da apólice com vigência anual.

15.2.3. A Contratada poderá assinar o Termo de Contrato por certificação digital padrão ICP-Brasil.

16. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

16.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

16.1.1. O Centro de Distribuição e Operações Aduaneiras da Marinha (CDAM) é a Organização Militar (OM) da Marinha responsável pelo tráfego nacional de cargas do Rio de Janeiro para os demais estados da federação, bem como pelo desembarque aduaneiro e tráfego internacional de cargas com destino ao exterior;

16.1.2. No tráfego nacional, as cargas são transportadas por empresas contratadas para os modais rodoviário (carga fracionada e carga completa), aéreo e marítimo;

16.1.3. Além do transporte realizado por empresas contratadas, poderão ser utilizados veículos, navios ou aeronaves militares da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro ou Força Aérea Brasileira.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

17.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



17.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

17.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

17.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

17.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

17.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

17.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

17.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

17.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

17.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

17.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

18.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

18.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

18.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

18.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

18.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

18.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

18.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

18.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

18.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

18.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

18.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

18.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

18.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

18.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem

como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.



18.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

18.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

18.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

18.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

18.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

18.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

4

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

20. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

7

21. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12/3

21.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

21.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

21.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

21.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

21.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

21.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

21.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

21.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

21.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

21.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

21.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



22. DO FATURAMENTO

- 22.1. Mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à averbação do seguro, a Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal de Serviços, em nome da "Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro", na Secretaria do CDAM, mediante protocolo de recebimento ou encaminhada eletronicamente por e-mail, discriminando o:
- 22.1.1. mês de referência (transporte nacional) ou número da RTC (transporte internacional);
 - 22.1.2. número da apólice; e
 - 22.1.3. valor total da Nota Fiscal de Serviços.
- 22.2. O e-mail para encaminhamento da Nota Fiscal de Serviços será informado por ocasião da assinatura do Termo de Contrato.
- 22.3. Só será efetuado o pagamento do serviço efetivamente prestado, relativo à carga transportada.
- 22.4. A regularidade fiscal da Contratada será constatada através de consulta "ON-LINE" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666/1993.
- 22.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 22.6. No caso de ocorrer qualquer divergência em relação às informações contidas na Nota Fiscal de Serviços e as averbações encaminhadas, o fato será comunicado formalmente à Contratada, para retificação das causas de seu indeferimento.

23. DO PAGAMENTO

- 23.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 23.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 23.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 23.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 23.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

23.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

23.5.1. o prazo de validade;

23.5.2. a data da emissão;

23.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

23.5.4. o período de prestação dos serviços;

23.5.5. o valor a pagar; e

23.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

23.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

23.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

23.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

23.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

23.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

23.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

23.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



23.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

23.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

23.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 ao dia, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438 \text{ a.d.} \\ TX = \text{taxa anual} = 6\% \text{ a.a.}$$

24. REAJUSTE

24.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

24.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, o valor total do contrato será reajustado, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

24.3. O reajuste aplicado no valor total do contrato não implicará em alteração no na taxa contratada para o cálculo nas averbações do seguro.

24.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

24.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

24.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

25. GARANTIA DA EXECUÇÃO

25.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

25.1.1. O objeto do contrato, por si só, já é um seguro para outro contrato administrativo. Tratando-se a Contratada de seguradora regularmente cadastrada na SUSEP, não foi vislumbrada a necessidade de exigência de garantia de execução.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

26.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 26.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 26.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 26.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA
----	--



26.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

26.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

26.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

26.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

26.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

26.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

26.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

26.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

26.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

26.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

26.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

26.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

27. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

27.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

27.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

27.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

27.3.1. Certidão de Regularidade válida perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

27.3.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

27.3.2.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

27.3.2.1.1. Prestação anterior de seguro de transportes em valor total equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato a ser celebrado.

27.3.2.1.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 (dois) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

27.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

27.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

27.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

27.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

27.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão: os valores unitários e globais deverão ser iguais ou inferiores àqueles apresentados no item 1.1 deste Termo de Referência.

27.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

27.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.



28. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

28.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.721.395,68 (um milhão, setecentos e vinte um mil, trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).

29. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

29.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UGE: 771100 (Base de Abastecimento da Marinha);


UGR: 771220 (Centro de Distribuição e Operações Aduaneiras da Marinha);

Plano Interno: Z476010XXXX; e

Elemento de Despesa: 339039.

Rio de Janeiro, em 03 de novembro de 2022.


VINÍCIUS CARVALHO SOARES
Capitão de Corveta (IM)
Encarregado da Divisão de Exportação


MAURO MEDEIROS APRIZIO DO CANTO
Primeiro-Tenente (IM)
Encarregado da Divisão de Acompanhamento e Controle

ATO DE APROVAÇÃO, RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

A fim de que sejam mantidas as atividades de tráfego de cargas mediante a utilização do modal rodoviário, aprovo o presente Termo de Referência, ratificando a justificativa da necessidade apresentada em seu item 2 e autorizo o seu encaminhamento para deliberação do Ordenador de Despesas da Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, em 03 de novembro de 2022.


JOÃO PAULO DA COSTA RAMOS
Capitão de Fragata (IM)
Ordenador de Despesas

Apêndice:

- I – Estudo Técnico Preliminar;
- II – Modelo de Proposta de Preços;
- III – Planilha de Custos e Formação de Preços;
- IV – Modelo de RTC;
- V – Modelo de averbação para transporte nacional; e
- VI – Modelo de averbação para transporte internacional.



EM BRANCO



MARINHA DO BRASIL



CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E OPERAÇÕES ADUANEIRAS DA MARINHA

ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO

1 Necessidade da Contratação
1.1 Descrição do Serviço: Seguro de cargas transportadas no território nacional e exportadas para Organizações Militares, Meios Operativos e empresas localizadas no exterior.
1.2 Justificativa da Necessidade da Contratação Explicitando a Opção pela Terceirização: É necessária a contratação de seguro de cargas para o atendimento das tarefas inerentes à missão do Centro de Distribuição e Operações Aduaneiras da Marinha, uma vez que este Centro realiza o transporte de cargas no território nacional, bem como o processo de exportação temporária ou definitiva de itens destinados a Organizações Militares, Meios Operativos ou empresas localizadas no exterior. Tal contratação está em consonância com o seguinte objetivo estratégico, constante no Planejamento Estratégico da OM para o período de 2020 a 2024: “Objetivo 6 – Prestar serviços, com menor custo para a Marinha, dentro dos prazos programados e com total segurança”.
2 Alinhamento ao Planejamento Estratégico Organizacional (PEO)
2.1 Previsão no PEO
2.1.1 Estratégia / Política Liderança de Custo, buscando a redução de custos e a realização de serviços mais eficientes.
2.1.2 Objetivo Estratégico Prestar serviços com o menor custo para a Marinha, dentro dos prazos programados e com total segurança.
2.1.2.1 Projeto de Ação Elaborar e manter atualizado, por meio de pesquisa de mercado, banco de dados de empresas prestadoras de serviços de frete, nos diversos modais e com respectivos prazos de entrega e tipos de carga, visando subsidiar a escolha do frete mais adequado para as várias situações que se apresentem.

3 Requisitos da Contratação

A seguir são listados requisitos necessários ao atendimento da necessidade de contratação, incluindo os relacionados direta e indiretamente às funcionalidades do serviço, os padrões mínimos de qualidade e os requisitos legais.

A escolha dos requisitos levou os seguintes pontos em consideração:

- atendimento às necessidades de transporte de carga da Marinha, optando pela abrangência da carga e destinos com histórico de demanda;
- aderência a padrões do mercado, na escolha de tipos e dimensões padronizadas e estipulação do prazo de entrega; e
- não-limitação da concorrência.

3.1 Requisitos necessários

3.1.1 Requisitos Internos Funcionais

Requisito	Descrição
3.1.1.1	O objeto do contrato será a prestação do serviço de seguro de cargas.
3.1.1.2	O transporte será realizado nos diversos modais.
3.1.1.3	O montante segurado foi estimado para um período de 12 meses com base no histórico de contratações realizadas nos últimos cinco anos.


3.1.2 Requisitos Internos Não-Funcionais

Requisito	Descrição
3.1.2.1	A carga a ser transportada será coberta por seguro realizado pelo CDAM junto à empresa especificamente contratada para esse fim.
3.1.2.2	A contratação terá duração inicial de 12 meses.

3.1.3 Requisitos Externos

A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

Requisito	Descrição
3.1.3.1	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
3.1.3.2	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
3.1.3.3	Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
3.1.3.4	Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.



3.1.3.5	Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG, de 25 de maio de 2017, que Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
3.1.3.6	Instrução Normativa nº 01/2010 SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
3.1.3.7	Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.

3.2 Serviços prestados de forma contínua

Os serviços pretendidos para contratação se classificam como serviços continuados, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG, garantindo o funcionamento das atividades finalísticas da organização.

3.3 Soluções de Mercado Identificadas

Para o levantamento das possíveis soluções, foi realizada uma pesquisa com as empresas especializadas no objeto.

4 Estimativa das Quantidades

As quantidades foram estimadas tendo como base tanto no histórico de demanda nos anos anteriores.

5 Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar

Tendo em vista a impossibilidade de aplicação dos critérios estabelecidos nos incisos I e II, art. 5º, da IN SEGES/ME nº 73/2020, para estimativa de valor, recorreu-se à pesquisa junto a fornecedores, com fulcro no inciso IV do mencionado artigo.

6 Estimativas de Preços ou Preços Referenciais

Com base no § 2º do artigo 2º da IN nº 5/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), considerando-se a proximidade entre os valores obtidos, para efeito de estimativa de valor, a Administração optou pela adoção do preço médio, visando à captação do maior número de licitantes, ampliando, portanto, a competição. Caso fosse adotado o menor preço, poderia o pregão eletrônico ser fracassado ou ter apenas uma licitante participando, no caso a que apresentou o melhor preço obtido na pesquisa de mercado.

7 Descrição da solução como um todo

O atendimento às necessidades levantadas pelo setor será efetivada com a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de seguro de cargas. A licitação será conduzida pela Base de Abastecimento da Marinha no Rio de Janeiro, após o encaminhamento de Termo de Referência pormenorizado.

8 Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução

O objeto da contratação é considerado DIVISÍVEL, sendo técnica e economicamente viável, visto que cada locomoção se trata de parcela do serviço como um todo.

9 Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

Espera-se a consecução da missão do CDAM, com a contratação de empresa especializada. Com a contratação, pretende-se alcançar os objetivos de economicidade, eficácia e eficiência, escolhendo a proposta mais vantajosa para a Administração e dotando a Marinha do Brasil.

10 Providências para Adequação do Ambiente do Órgão

Não se vislumbram atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos. O objeto se trata de atividade finalística da instituição, que se encontra totalmente adaptada para a recepção do contrato. Além disso, a necessidade atual já foi fruto de contratos anteriores, imprimindo esforços anteriores na capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços.

11 Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

É contratação interdependente aos contratos para transporte de cargas nos modais rodoviário, aéreo e marítimo.

12 Declaração da Viabilidade da Contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos Estudos Preliminares, a equipe de planejamento entender que:

A CONTRATAÇÃO É VIÁVEL,

Pois:


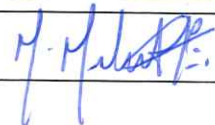
- A necessidade está diretamente relacionada à atividade-fim da Organização e está em consonância com seu Plano Estratégico em vigor;
- Os requisitos levantados atendem às necessidades do setor solicitante e oferecem limitações à concorrência de mercado; e
- O valor a ser contratado será absorvido pelos provisionamentos na Ação Interna Z476 do PA-2022.



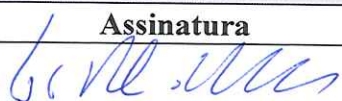
13 Classificação do Sigilo das Informações

As informações presentes neste Estudo Preliminar se classificam como não sigilosas, nos termos dos Art. 4º e 23, da Lei nº 12.527/2011.

14 Responsáveis pela Elaboração dos Estudos Preliminares da Contratação

Nome	Assinatura
CC (IM) Vinícius Carvalho Soares	
1ºTen (IM) Mauro Medeiros Aprizio do Canto	

15 Aprovação dos Estudos Preliminares da Contratação pelo Ordenador de Despesas

Nome	Assinatura
CF (IM) João Paulo da Costa Ramos	



EM BRANCO



Apêndice II, do Termo de Referência.

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E OPERAÇÕES ADUANEIRAS DA MARINHA

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Responsável:

E-mail:

Telefone:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL SEGURADO (FRETE + VALOR DA CARGA)	TAXA OFERTADA	VALOR POR ITEM
1	906	Seguro de transporte nacional de cargas	R\$ 506.038.705,58		
2	906	Seguro de transporte internacional de cargas (exportação)	R\$ 67.759.853,40		
			VALOR DA CONTRATAÇÃO		

Local e data.

ASSINATURA

EM BRANCO



MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Pregão:
UASG:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CUSTO DE EMISSÃO DE APÓLICE (EM %)	CUSTOS COM TRIBUTOS INCIDENTES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (EM %)	OUTROS CUSTOS (EM %)	MARGEM DE LUCRO (EM %)	TOTAL (EM %)
Seguro de transporte nacional de cargas					
Seguro de transporte internacional de cargas (exportação)					

7
A

EM BRANCO

MARINHA DO BRASIL



RTC

REQUISIÇÃO DE
TRANSPORTE DE
CARGA

01-REGISTRO DA REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGA

NÚMERO	VIA	OM REQUISITANTE
71220-1/2022-E	AI	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E OPERAÇÕES ADUANEIRAS DA MARINHA Tel.(21)2101-0559 CNPJ.00394502038206
DATA	EMPRESA TRANSPORTADORA	
__/__/2022		

Data limite para coleta da RTC

NÃO INFORMADA

Data limite para coleta da carga

NÃO INFORMADA

Data limite para entrega no destino

NÃO INFORMADA

02-DISCRIMINAÇÃO DA CARGA

QUANT.	VOLUME	PESO	DENSIDADE	VALOR CARGA
1	0,000 m3	0,000kg	0,000kg/m3	US00.000,00
CONTEÚDO				

03 - ÓRGÃO EXTRA MB - ENDEREÇO

04 - OM SOLICITANTE / DOCUMENTO

05 - EMPRESA
SEGURADORA / CONTRATO
/ APÓLICE

06 - OMD

07 - VALOR DA REQUISIÇÃO

08 - TRAJETO

ORIGEM

DESTINO

R\$0,00

09 - CONTRATO

10 - PROJETO

11 - NAT. DESP.


12 - A SER PAGO POR



DESTINO

13 - USAR O ESPAÇO ABAIXO PARA O CÁLCULO DO VALOR DO FRETE, DISCRIMINANDO SEUS COMPONENTES

Q(TFP)	0,00	ATFP	0,00
FRETE	0,00	SEGURO	0,01
Cotação	0,0000 em 05/04/2022		

ASSINATURA CARGO OU POSTO DO REQUISITANTE

LOCAL / DATA	Enc. Seção	Resp. Aprovação	 APROVADA <small>ASSINADO ELETRONICAMENTE</small>
RJ - __/__/2022			

 MARINHA DO BRASIL CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E OPERAÇÕES ADUANEIRAS DA MARINHA RTC - Requisição de Transporte de Carga	01-REGISTRO DA REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE DE CARGA		
	NÚMERO	VIA	OM REQUISITANTE CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO E OPERAÇÕES ADUANEIRAS DA MARINHA Tel.(21)2101-0559 CNPJ.00394502038206
	71220-1/2022-E	AI	
	DATA		EMPRESA TRANSPORTADORA
	//____		
14-OUTROS CUSTOS			
NÃO INFORMADO			
15 - DISCRIMINAÇÃO VOLUMES (NUMERAÇÃO)	16 - CERTIFICADO		
STC 00000-00/0000	Certifico que os serviços foram prestados de acordo com o conhecimento de embarque		
	Local:	Data:	
	Assinatura:		
	Identidade/Orgão Emissor:		
17 - DADOS PARA EXPORTAÇÃO			
DSE		PROC. R.F.	
DDE		AWB	
RE		COMPANHIA AÉREA	
18-OBSERVAÇÕES			
ASSINATURA CARGO OU POSTO DO REQUISITANTE			 APROVADA ASSINADO ELETRONICAMENTE
LOCAL /DATA	Enc. Seção	Resp. Aprovação	
RJ - _/_/____	_____	_____	

TRANSPORTADORAS:

SEGURO DE TRANSPORTES NACIONAIS - RELAÇÃO MENSAL DE AVERBAÇÕES:

SEGURADORA		SEGURO										APÓLICE Nº		MÊS/ ANO DE REF.		FOLHA Nº	
		BASE DE ABASTECIMENTO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO															
Nº de Ordem	Nota Fiscal (ou RTC)	Data	Origem	VIAGEM Destino	A/R/M	P/T	N/U	MERCADORIA Tipo da Material	IMPORTÂNCIA SEGURO (R\$)		TAXA % FINAL	PRÊMIO LÍQUIDO					
									V. da Mercadoria	Valor Frete							
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
16																	
17																	
18																	
19																	
20																	
TOTAL										R\$	-	0,00	0,00	0,0000			

Local e Data de Emissão: Rio de Janeiro, 1 / 2011. OBS: FICA ENTENDIDO E ACORDADO QUE, EM CASO DE OCORRÊNCIA DE SINISTRO, OBRIGA-SE O SEGURO A PRESTAR TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS, TAIS COMO: DOCUMENTOS FISCAIS, IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO, LOCAL E DESTINO DA VIAGEM.



EN BRANCO

MARINHA DO BRASIL
BASE DE ABASTECIMENTO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO



Apêndice VI, do Termo de Referência.

AVERBAÇÃO

SEGURO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL - EXPORTAÇÃO

Uso da Seguradora

Carteira	Data Recebimento	Controle			
Seguradora	Nº Controle		Nº Averbação		
Segurado					
BASE DE ABASTECIMENTO DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO					
Tipo de Transporte		Nome do Navio/Transportador ou da Companhia Aérea e Nº do Vão		AWB	
() COM Valor Declarado (X) SEM Valor Declarado					
Viagem Segurada					
Origem (Endereço/Porto/Cidade/Estado/País)		Data de Saída		Cod. Início	
CDAM / Rio de Janeiro - RJ - BR				-	
Destino (Endereço/Porto/Cidade/Estado/País)				Cod. Destino	
				-	
Objeto do Seguro					
MARCAS / DOCUMENTO	Quantidade	Embalagem			
Mercadoria		Cód. da Embalagem			
		Cód. da Mercadoria (tab)			
Garantias		Franquia %	Cód. Garantia	Cond. Obrigatórias	
		-	-	-	
Cód. da Moeda		Câmbio da Moeda do Seguro/Data	Valor Mercadoria - US\$	Cód. da Moeda do Prêmio Total	
				-	
Valores Segurados - Prêmio					
Itens	Verbas Moeda do Segurado - R\$	Taxa (%)			Prêmio de Seguro
		Básica	Adic.	GTM/GGMCC	
Custo		0,000000%	0,000%	0,000%	
Frete		0,000000%	0,000%	0,000%	
Moeda do Seguro em R\$	Total das Verbas Seguradas (Custo + Frete)				Prêmio Total Líquido
Class. Do Navio	SC	Classe	Idade	Outros	De Class. Do Navio
	-	-	-	-	
Uso da Seguradora					
Importador					
Local e Data			Carimbo e Recebimento da Seguradora		
Assinatura do Segurado					

EM BRANCO